



ANEXO I

ANEXO DE PRIORIDADES LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - PLDO/2021

(ART. 165, § 2º, da Constituição Federal)



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021

ANEXO I - PRIORIDADES

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

As prioridades e metas da Administração Pública do município para o exercício de 2021 estão fundamentadas abaixo:

1. Constituem prioridades e metas do Poder Legislativo:

- Propiciar o regular funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores em suas atividades legislativas e fiscalizadoras;
- Fomentar a participação e o acompanhamento da comunidade nos atos do Poder Legislativo Municipal;
- Desenvolver os recursos humanos da Câmara Municipal, bem como a qualificação profissional dos mesmos.

2. Administração municipal, assim entendidos os órgãos que integram o Poder Executivo e respectiva administração indireta, inclusive a fundacional, estabelece para 2021, as seguintes prioridades e metas:

- Planejamento e ordenamento urbano: promover a reapropriação dos espaços públicos pela população, requalificar o centro da cidade, estabelecer novos padrões urbanísticos e garantir conservação do patrimônio construído, realizar a manutenção e a urbanização das áreas críticas da cidade;
- Mobilidade: melhorar a gestão e a estrutura viárias, com foco em soluções de médio e longo prazo, visando à implantação e recuperação de pavimentação, solução de pontos de alagamento, iluminação e sinalização;
- Meio ambiente: ampliar áreas verdes e espaços livres públicos, preparar a cidade para mudanças climáticas, com intervenções urbanísticas de prevenção e redução de danos, fortalecer a Defesa Civil;
- Habitação: ampliar a oferta habitacional, requalificar os espaços urbanos, fortalecendo a urbanização e a regularização das áreas ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), áreas de risco ou em condições insalubres;
- Educação: qualificar a rede de educação infantil, por meio da ampliação e melhoria das unidades destinadas às crianças de zero a cinco anos, qualificar o ensino fundamental,



qualificar a proposta pedagógica, por meio do Plano Municipal de Educação, acelerar o desempenho dos estudantes da rede municipal, promover a excelência e a universalização do ensino público, fomentando a inovação e a disseminação científica e tecnológica, criando condições propícias para que os cidadãos possam desenvolver suas capacidades de forma plena;

- Saúde: melhorar a qualidade do atendimento e ampliar a rede de saúde, fortalecer a rede de saúde existente, por meio de melhorias na infraestrutura das unidades de atendimento e da capacitação dos profissionais, incrementar as ações preventivas de combate à proliferação de doenças causadas pelo Aedes Aegypti; promover ações de combate e controle de zoonoses e melhorar a rede de atendimento; implementar ações de prevenção à saúde para mitigar os problemas decorrentes da COVID -19;
- Assistência Social: fortalecer a rede de assistência, com a manutenção e ampliação do serviço de atendimento e acolhida das pessoas em situação de vulnerabilidade social; intensificar a política sobre drogas;
- Esporte e lazer: incentivar as atividades esportivas nas escolas da rede municipal de ensino, garantir a qualidade dos equipamentos de lazer e esportes nos espaços públicos;
- Direitos humanos: fortalecer as políticas para as mulheres, reforçar e ampliar programas de fortalecimento sociopolítico e econômicos voltados para as mulheres, fortalecer políticas públicas e programas direcionados à igualdade racial, ao idoso, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e jovens, por meio da expansão dos serviços oferecidos por diferentes órgãos da prefeitura e centros de referência em direitos humanos, estimular a ação proativa e integrada de valorização da sociodiversidade e consolidar e expandir iniciativas transversais a outras áreas do governo;
- Desenvolvimento econômico: estimular e desenvolver o empreendedorismo, a inovação tecnológica e social, as economias criativa, solidária, compartilhada e colaborativa, promover a expansão de segmentos especializados da economia, viabilizar a integração econômica e a conectividade e fortalecer a cultura como cadeia produtiva;
- Cultura: reestruturar, manter e dinamizar os equipamentos culturais municipais atendendo os requisitos legais de acessibilidade; promover a identidade e o pertencimento dos cidadãos pela Cidade; incentivar a ocupação dos espaços públicos por diferentes linguagens artísticas e culturais; viabilizar atividades de formação em arte, cultura, gestão, produção cultural e preservação do patrimônio material e imaterial.

Lagoa do Ouro/PE, em 28 de agosto de 2020.


Marquidovés Vieira Marques

Prefeito



ANEXO II

ANEXO DE METAS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - PLDO/2021

(ART. 165, § 2º, da Constituição Federal)



MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO - PE
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS
2021

ESPECIFICAÇÃO	2021				2022				2023			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB)x100	% RCL (a/RCL)x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB)x100	% RCL (b/RCL)x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/100)x100	% RCL (c/RCL)x100
Receita Total	50.181	48.437	25,763	112,532	53.142	49.560	26,644	112,532	56.451	50.866	28	112.502
Receitas Primárias (I)	44.481	42.935	22,837	99,975	47.212	44.030	23,671	99,975	50.165	45.203	25	99,975
Despesa Total	50.181	48.438	25,764	112,787	53.142	49.561	26,645	112,533	56.451	50.867	28	112.502
Despesas Primárias (II)	49.763	48.034	25,549	111,847	52,623	49,077	26,384	111,434	55,881	50,353	27	111,366
Resultado Primário (III) = (I-II)	-5,282	-5,099	-2,712	-11,872	-5,412	-5,047	-2,713	-11,459	-5,716	-5,150	(3)	-11,391
Resultado Nominal	0	0	0	0,000	0	0	0	0,000	0	0	-	0,000
Divida Publica Consolidada	7.874	7.800	4,043	17,697	7,574	7,064	3,797	16,039	7,374	6,645	4	14,896
Divida Consolidada Liquida	0	0	0	0,000	0	0	0	0,000	0	0	-	0,000
Receitas Primárias advindas do PPP (IV)	0	0	0,000	0,000	0	0	0,000	0,000	0	0	0,000	0,000
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0	0	0,000	0,000	0	0	0,000	0,000	0	0	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP(VI)= (IV-V)	0	0	0,000	0,000	0	0	0,000	0,000	0	0	0,000	0,000

Notas:

1- O PIB do estado de Pernambuco de 2017 foi 181.550.642.000,00 conforme publicação de divulgação pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco.

2 - Os valores do PIB de Pernambuco 2018 e 2019 ocorrem da aplicação dos percentuais 1,90% e 1,90%, calculados pelo CONDEPE-FIDEM, publicado pelo no site www.condepefidem.pe.gov.br.

3- Devido à inexistência de projeções oficiais do Estado de Pernambuco até 30 de junho, os valores projetado do PIB Estadual para os exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2023 foram baseados na previsão da taxa de crescimento do PIB Nacional, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Ano	Taxa de Crescimento do PIB %	Valor em milhares (R\$)
2017	2,10%	181.551
2018	1,90%	185.000
2019	1,90%	188.515
2020*	0,02%	188.653
2021*	3,30%	194.775
2022*	2,40%	199.450
2023*	2,50%	204.436

*Parâmetros Macroeconômicos Projetados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

VARIÁVEIS	2021	2022	2023
	PIB real (crescimento % anual)	3,30	2,40
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	4,40	5,60	6,00
Câmbio(R\$ US\$ - Final do Ano)	4,30	4,20	4,30
Inflação média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,60	3,50	3,50
Projeção do PIB do ente (se houver) - R\$ milhares	44.492,33	47.223,74	50.177,96

5- Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

2021	2022	2023
Valor Corrente/1,036	Valor Corrente/1,07226	Valor Corrente/1,1097891



Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior



MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO - PE
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2021

LRP, Art. 4º § 2º, inciso I

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2019 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2019 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	51.732	0,027	128,972	44.413	0,024	110,725	-7.319	-14,15
Receitas Primárias (I)	51.571	0,027	128,571	39.986	0,021	99,688	-11.585	-22,46
Despesa Total	51.732	0,027	128,972	43.355	0,023	108,088	-8.377	-16,19
Despesas Primárias (II)	51.332	0,027	127,975	43.010	0,023	107,227	-8.322	-16,21
Resultado Primário (III) = (I-II)	239	0,000	0,596	-3.024	-0,002	-7,539	-3.263	-1,365
Resultado Nominal	-369	0,000	-0,920	0	0,000	0,000	369	-100
Dívida Pública Consolidada	1.591	0,001	3,966	8.329	0,004	20,765	6.738	424
Dívida Consolidada Líquida	1.259	0,001	3,139	0	0,000	0,000	-1.259	-100

Nota:

1 - O Valor do PIB do estado de Pernambuco de 2019 foi informado pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE-FIDEM, através da home-page www.condepefidem.pe.gov.br.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2019	188.515
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2019	188.515
Receita Corrente Líquida - RCL 2019	40.111



Tabela 3 - Metas Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores



MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO - PE
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2021

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	48.165	51.732	7,41	42.486	(17,87)	50.181	18,111	53.142	5,901	56.451	6,227
Receitas Primárias (I)	47.685	51.571	8,15	39.201	(23,99)	44.481	13,469	47.212	6,139	50.165	6,256
Despesa Total	48.165	51.732	7,41	42.486	(17,87)	50.181	18,113	53.142	5,901	56.451	6,226
Despesas Primárias (II)	47.200	51.332	8,75	42.129	(17,93)	49.763	18,121	52.623	5,747	55.881	6,190
Resultado Primário (III) = (I-II)	484	239	(50,62)	-2.928	(1325,10)	-5.282	80,403	-5.412	2,449	-5.716	5,620
Resultado Nominal	0	-369	-	0	(100,00)	-	-	-	-	-	-
Dívida Pública Consolidada	1.300	1.591	22,38	1.318	(17,16)	7.874	497,420	7.574	-	7.374	-
Dívida Consolidada Líquida	0	1.259	-	0	(100,00)	-	-	-	-	-	-

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	46.091	49.623	7,663	40.852	-17,675	48.437	18,567	49.560	2,320	50.866	2,635
Receitas Primárias (I)	45.631	49.468	8,409	37.693	-23,803	42.935	13,908	44.030	2,550	45.203	2,663
Despesa Total	46.091	49.623	7,663	40.852	-17,675	48.438	18,569	49.561	2,320	50.867	2,634
Despesas Primárias (II)	45.168	49.239	9,013	40.508	-17,732	48.034	18,579	49.077	2,171	50.353	2,599
Resultado Primário (III) = (I-II)	463	229	(50,540)	-2.815	-1,329	-5.099	81,125	-5.047	(1,016)	-5.150	2,048
Resultado Nominal	0	-354	-	0	-100	-	-	-	-	-	-
Dívida Pública Consolidada	1.244	1.526	22,669	1.267	-17	7.600	499,873	7.064	-	6.645	-
Dívida Consolidada Líquida	0	1.207	-	0	-100	-	-	-	-	-	-





MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO - PE
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2021

LRF, Art. 4º § 2º, inciso III

R\$ milhões

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio / Capital		-		-		-
Reservas		-		-		-
Resultado Acumulado	21.788	100	25.175	100	14.960	100
TOTAL	21.788	100	25.175	100	14.960	100

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio		-		-		-
Reservas		-		-		-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	370	100	100	100	-6.561	100
TOTAL	370	100	100	100	-6.561	100





MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO - PE
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2021

LRF, Art. 4º § 2º, inciso III

R\$ milhares

RECEITAS REALIZADAS	2019 (a)	2018 (b)	2017 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0	235	162
Alienação de Bens Móveis	0	235	162
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
Alienação de Bens Intangíveis	0	0	0
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	0
TOTAL	0	235	162
DESPESAS EXECUTADAS	2019 (d)	2018 (e)	2017 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0	213	158
DESPESAS DE CAPITAL	0	213	158
Investimentos		213	89
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			69
DESP. CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Servidores Públicos			
TOTAL	0	213	158
SALDO FINANCEIRO	(g)=((Ia - IId) + IIIh)	(h)=((Ib - IIe) + IIIi)	(i)=(Ic - II f)
VALOR (III)	26	26	4



MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO - PE
 PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 2021

LRF, Art. 4º § 2º, inciso IV, alínea a

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (I)	4.154	4.394	5.288
Receita de Contribuições dos Segurados	986	1.008	953
Civil	986	1.008	953
Ativo	986	1.008	953
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Militar	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita e Contribuições Patronais	3.040	2.185	2.093
Civil	3.040	2.185	2.093
Ativo	3.040	2.185	2.093
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Militar	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	128	210	1.326
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	128	210	1.326
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	991	916
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0	0	0
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0	0	916
Demais Receitas Correntes	0	991	0
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	4.154	4.394	4.372
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
Benefícios - Civil	4.054	4.488	4.915
Aposentadorias	3.477	3.882	4.249
Pensões	414	473	598
Outros Benefícios Previdenciários	163	133	68
Benefícios - Militar	0	0	0
Reformas	0	0	0
Pensões	0	0	0
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	240	0	0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	240	0	0
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	4.294	4.488	4.915
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)	(140)	(94)	(543)
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2017	2018	2019
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2017	2018	2019
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2017	2018	2019
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS	-	-	0
Recursos para Cobertura do Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	2017	2018	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	52	131	174
Investimentos e Aplicações	7.479	7.409	6.498
Outros Bens e Direitos	0	0	-



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2021

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

R\$ milhares

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2020	5.795	4.911	884	7.947
2021	5.760	4.990	800	9.214
2022	7.028	5.010	2.018	11.772
2023	6.992	5.010	1.982	14.396
2024	6.952	5.134	1.818	17.060
2025	6.900	5.232	1.668	19.729
2026	6.835	5.285	1.550	22.437
2027	6.781	5.434	1.347	25.101
2028	6.688	5.537	1.151	27.726
2029	6.606	5.617	989	30.343
2030	6.525	5.723	802	32.297
2031	6.430	5.855	575	35.435
2032	6.319	6.040	279	37.793
2033	6.183	6.203	(20)	39.991
2034	6.048	6.389	(321)	42.019
2035	5.904	6.667	(763)	43.721
2036	5.706	6.839	(1.133)	45.155
2037	5.543	7.094	(1.551)	46.254
2038	5.342	7.380	(2.038)	46.930
2039	5.121	7.753	(2.632)	47.053
2040	4.880	8.160	(3.300)	46.515
2041	4.577	8.435	(3.858)	45.387
2042	4.326	8.996	(4.670)	43.381
2043	3.967	9.510	(5.543)	40.385
2044	3.611	9.919	(6.308)	36.447
2045	3.275	10.595	(7.320)	31.267
2046	2.835	11.108	(8.273)	24.829
2047	2.434	11.651	(9.227)	17.060
2048	2.004	12.431	(10.427)	7.834
2049	-	13.156	(13.156)	(5.073)
2050	-	13.711	(13.711)	(19.082)
2051	-	14.553	(14.553)	(34.755)
2052	-	15.162	(15.162)	(51.957)
2053	-	15.501	(15.501)	(70.508)
2054	-	16.056	(16.056)	(90.713)
2055	-	16.609	(16.609)	(112.646)
2056	-	17.064	(17.064)	(136.323)
2057	-	17.658	(17.658)	(161.983)
2058	-	18.228	(18.228)	(189.720)
2059	-	18.742	(18.742)	(219.598)
2060	-	19.197	(19.197)	(251.686)
2061	-	19.490	(19.490)	(285.950)
2062	-	19.754	(19.754)	(322.489)
2063	-	20.124	(20.124)	(361.543)
2064	-	20.464	(20.464)	(403.230)
2065	-	20.775	(20.775)	(447.674)
2066	-	21.160	(21.160)	(495.112)
2067	-	21.551	(21.551)	(545.727)
2068	0	21.839	(21.839)	(599.800)
2069	0	22.241	(22.241)	(657.037)
2070	0	22.463	(22.463)	(718.068)
2071	0	22.762	(22.762)	(782.981)
2072	0	22.990	(22.990)	(851.932)
2073	0	23.220	(23.220)	(925.160)
2074	0	23.452	(23.452)	(1.002.919)
2075	0	23.686	(23.686)	(1.085.477)
2076	0	23.923	(23.923)	(1.173.117)
2077	0	-	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0
2085	0	0	0	0
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0



Tabela 8 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita



MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO - PE
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2021

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2021	2022	2023	
TOTAL						
						-

Nota:

1 - O Município não tem previsão de efetuar renúncia de receita para os exercícios de 2021, 2022, 2023 por meio de incentivos fiscais, alteração de alíquota, modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, ou quaisquer outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.



Tabela 9 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado



MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO - PE
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2021

LRP, Art. 4º § 2º, inciso V

EVENTO	Valor Previsto 2021	R\$ milhares
Aumento Permanente da Receita		
(-) Transferências Constitucionais		
(-) Transferências ao FUNDEB		
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		0
Redução Permanente de Despesa (II)		
Margem Bruta (III)=(I+II)		0
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)		
Novas DOCC		
Novas DOCC geradas por PPP's		
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)		0

Nota:

1 - O município não tem previsão de efetuar expansão de despesa obrigatória de caráter continuado para o exercício de 2021





I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais da Receita

TOTAL DAS RECEITAS

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	R\$ milhares		
	Realizado 2018	Realizado 2019	Projetado 2020
RECEITAS CORRENTES	36.453	41.064	42.523
Receita Tributária	595	782	884
Impostos	547	646	730
Taxas	48	136	154
Receitas de Contribuições	1.217	1.160	1.196
Contribuição p/ RPPS	1.008	953	982
Receita Patrimonial	329	1.736	1.789
Aplicações Financeiras	329	1.417	1.461
Outras Receitas Patrimoniais	0	319	329
Receita de Serviços	104	0	120
Transferências Correntes	34.105	37.273	38.417
Cota-Parte do FPM	9.989	10.866	12.800
Transf. de Recursos do SUS - FMS	4.839	4.974	5.613
Outras Transferências Correntes	19.277	21.433	20.004
Outras Receitas Correntes	103	113	116
RECEITA DE CAPITAL	1.490	339	349
Operações de Créditos	0	0	0
Alienação de Bens	235	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Transferências de Capital	1.255	339	349
Outras Receitas de Capital	0	0	0
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	3.176	3.010	3.684
TOTAL GERAL DA RECEITA	41.119	44.413	46.556

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES	45.542	48.336	51.357
Receita Tributária	1.034	1.198	1.390
Impostos	854	990	1.148
Taxas	180	208	242
Receitas de Contribuições	1.278	1.354	1.435
Contribuição p/ RPPS	1.050	1.112	1.179
Receita Patrimonial	1.913	2.026	2.147
Aplicações Financeiras	1.561	1.653	1.753
Outras Receitas Patrimoniais	351	372	395
Receita de Serviços	128	136	144
Transferências Correntes	41.065	43.491	46.101
Cota-Parte do FPM	13.683	14.491	15.360
Transf. de Recursos do SUS - FMS	6.000	6.354	6.736
Outras Transferências Correntes	21.382	22.646	24.006
Outras Receitas Correntes	125	132	140
RECEITA DE CAPITAL	700	835	674
Operações de Créditos	100	0	0
Alienação de Bens	100	106	112
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Transferências de Capital	500	530	561
Outras Receitas de Capital	0	0	0
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	3.938	4.171	4.421
TOTAL GERAL DA RECEITA	50.181	53.142	56.451

Nota:

1 - Os parâmetros utilizados para se chegar aos valores projetados foram baseados na taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), na taxa de crescimento do PIB nacional e nas ações econômico-financeiras e administrativas que serão tomadas por este município para obter uma melhoria na fiscalização e obtenção de recursos financeiros para os exercícios futuros.

2 - Estimativa referente aos valores das transferências de receitas intra-orçamentárias relativos a operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social, conforme exigência do Manual de Demonstrativo Fiscais - 10ª Edição aprovado pela Portaria STN nº 286 de 07/05/2019.



I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita

Receita Tributária

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	595	-
2019	782	31,43%
2020	884	13,07%
2021	1.034	16,90%
2022	1.198	15,90%
2023	1.390	16,00%

Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	9.989	-
2019	10.866	8,78%
2020	12.800	17,80%
2021	13.683	6,90%
2022	14.491	5,90%
2023	15.360	6,00%

Transferências de Recursos do SUS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	4.839	-
2019	4.974	2,79%
2020	5.613	12,85%
2021	6.000	6,90%
2022	6.354	5,90%
2023	6.736	6,00%

Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	103	-
2019	113	9,71%
2020	116	3,07%
2021	125	6,90%
2022	132	5,90%
2023	140	6,00%

Notas:

1 - O aumento previsto para a Receita Tributária e Receita da Dívida Ativa provém da aplicação de uma política de intensificação da fiscalização na arrecadação dos tributos de competência municipal, o que refletirá num acréscimo de 10% nas projeções de 2021 a 2023.

2 - As projeções para 2020, 2021, 2022 e 2023 foram realizadas considerando-se a taxa de inflação do IPCA prevista respectivamente em 3,05%, 3,60%, 3,50% e 3,50%. Também foi considerada a previsão da taxa de crescimento do PIB para 2020, 2021, 2022 e 2023 com os respectivos percentuais de 0,02%, 3,30%, 2,40% e 2,50%. Estes parâmetros foram utilizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e publicados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2021 encaminhado ao Congresso Nacional.

3 - Desta forma, consideram-se no campo VARIAÇÃO % estas três variáveis (% IPCA, % PIB e intensificação na fiscalização tributária) para seus respectivos exercícios.

Receitas de Capital

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	1.490	-
2019	339	-77,25%
2020	349	3,07%
2021	700	100,34%
2022	635	-9,23%
2023	674	6,00%

Nota:

1 - As receitas de Capital tem como base as transferências de recursos de convênios. As projeções para os exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2023 são fundamentadas em estimativas de transferências voluntárias por meio de convênios e contratos de repasse vindos da União e do Estado.



II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais da Despesa

TOTAL DAS DESPESAS

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	R\$ milhares		
	Realizada 2018	Realizada 2019	Projetado 2020
DESPESAS CORRENTES	38.314	41.186	45.289
Pessoal e Encargos Sociais	23.218	25.980	28.068
Juros e Encargos da Dívida	7	1	1
Outras Despesas Correntes	15.089	15.205	17.220
DESPESAS DE CAPITAL	3.642	2.169	2.236
Investimentos	3.314	1.825	1.881
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	328	344	355
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	0	0
TOTAL	41.956	43.355	47.525

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2021	2022	2023
DESPESAS CORRENTES	47.326	50.041	53.143
Pessoal e Encargos Sociais	30.005	31.775	33.681
Juros e Encargos da Dívida	18	19	20
Outras Despesas Correntes	17.303	18.247	19.441
DESPESAS DE CAPITAL	2.400	2.618	2.795
Investimentos	2.000	2.118	2.245
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	400	500	550
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	455	483	514
TOTAL	50.181	53.142	56.451

Fonte:

1 - Os valores projetados para outras despesas correntes foram baseados na projeção da taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) de 3,05%, 3,60%, 3,50% e 3,50% para os respectivos exercícios de 2020 a 2023. Também foi considerada a previsão da taxa de crescimento do PIB para os exercícios de 2020 a 2023 com os respectivos percentuais de 0,02%, 3,30%, 2,40% e 2,50%. Estes parâmetros foram utilizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e publicados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2021 encaminhado ao Congresso Nacional.



II.a - Metodologia de Memória de Cálculo da Despesa

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	23.218	-
2019	25.980	11,90%
2020	28.068	8,04%
2021	30.005	6,90%
2022	31.775	5,90%
2023	33.681	6,00%

Nota:

1 - O aumento do volume de despesas identificado no Grupo de Natureza de Despesa Pessoal e Encargos Sociais se deve a fatos como o reajuste salarial dos servidores da ativa e dos proventos de aposentadoria dos inativos, obedecendo ao limite prudencial de despesa com pessoal do município, conforme § único do art. 22 da LRF.

Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2017	7	-
2018	1	-85,71%
2019	1	3,77%
2020	18	1643%
2021	19	5,60%
2022	20	6,00%

Fonte:

1 - A projeção para o pagamento de juros e encargos da dívida dar-se-á pela taxa de juros implícita sobre a dívida líquida do governo (média % a.a.) de 3,77%, 4,40% e 5,60% e 6,00% com base nos valores amortizados respectivamente nos exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2023.

2 - As projeções da taxa de juros implícita sobre a dívida líquida do governo foram estimados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e publicados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2021 encaminhado ao Congresso Nacional.

Reserva de Contingência

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	0	-
2019	0	-
2020	0	-
2021	455	-
2022	483	6,13%
2023	514	6,25%

Nota:

1- Os valores fixados para a Reserva de Contingência terão a função de suprir dotações a serem utilizadas para pagamento de contingências do município, correspondendo a pelo menos 1% da Receita Corrente Líquida.



III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

RESULTADO PRIMÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	R\$ milhares					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (I)	36.453	41.064	42.523	45.542	48.336	51.350
Receita Tributária	595	782	884	1.034	1.198	1.390
Receitas de Contribuições	1.217	4.170	4.880	5.216	5.524	5.850
Receita Patrimonial	329	1.736	1.789	1.913	2.026	2.140
Aplicações Financeiras (II)	329	1.417	1.461	1.561	1.653	1.750
Outras Receitas Patrimoniais	0	319	329	351	372	390
Receita de Serviços	104	0	120	128	136	140
Transferências Correntes	34.105	37.273	38.417	41.065	43.491	46.100
Outras Receitas Correntes	103	113	116	125	132	140
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I) - (II)	36.124	39.647	41.062	43.981	46.682	49.600
RECEITA DE CAPITAL (IV)	1.490	339	349	700	635	670
Operações de Créditos (V)	0	0	0	100	0	0
Amortização de Empréstimos (VI)	0	0	0	0	0	0
Alienação de Bens (VII)	235	0	0	100	106	110
Transferências de Capital	0	339	0	500	530	560
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0	0	0
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	1.255	339	349	500	530	560
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)	37.379	39.986	41.412	44.481	47.212	50.160
DESPESAS CORRENTES (X)	38.314	41.186	45.289	47.326	50.041	53.140
Pessoal e Encargos Sociais	23.218	25.980	28.068	30.005	31.775	33.680
Juros e Encargos da Dívida (XI)	7	1	1	18	19	20
Outras Despesas Correntes	15.089	15.205	17.220	17.303	18.247	19.440
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	38.307	41.185	45.288	47.308	50.022	53.120
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	3.642	2.169	2.236	2.400	2.618	2.795
Investimentos	3.314	1.825	1.881	2.000	2.118	2.245
Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0
Amortização da Dívida (XIV)	328	344	355	400	500	550
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	3.314	1.825	1.881	2.000	2.118	2.245
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0	0	0	455	483	514
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII+XV+XVI)	41.621	43.010	47.169	49.763	52.623	55.881
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)	-4.242	-3.024	-5.757	-5.282	-5.412	-5.716

Nota:

- 1 - Os dados relativos às receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado nas Memórias de cálculo das receitas e despesas.
- 2 - O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pelo STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas de elaboração do Demonstrativo Fiscais da LDO.



IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

RESULTADO NOMINAL

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.979	8.329	7.974	7.874	7.574	7.374
DEDUÇÕES (II)	7.668	9.017	9.652	9.999	10.349	10.711
Ativo Financeiro	10.865	12.328	9.504	9.846	10.190	10.547
Haveres Financeiros	77	192	148	153	159	164
(-) Restos a Pagar Processados	3.274	3.503	0	0	0	0
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	0	0	0	0	0	0
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0	0	0	0	0	0
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0	0	0	0	0	0
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV+V)	0	0	0	0	0	0
RESULTADO NOMINAL	(b-a*) -2.120	(c-b) 0	(d-c) 0	(e-d) 0	(f-e) 0	(g-f) 0

Notas:

1 - O cálculo das Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normalizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional através do Manual de Demonstrativos Fiscais.

* : Refere-se ao valor da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao realizado no exercício de 2017





V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

MONTANTE DA DÍVIDA

ESPECIFICAÇÃO	R\$ milhares					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.979	8.329	7.974	7.874	7.574	7.374
Dívida Mobiliária	0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas	1.979	8.329	7.974	7.874	7.574	7.374
DEDUÇÕES (II)	7.668	9.017	9.652	9.999	10.349	10.711
Ativo Disponível	10.865	12.328	9.504	9.846	10.190	10.547
Haveres Financeiros	77	192	148	153	159	164
(-) Restos a Pagar Processados	3.274	3.503	0	0	0	0
DCL (III) = (I-II)	0	0	0	0	0	0

Nota:

1 - Se as deduções forem maiores que o montante da Dívida Consolidada, o valor da Dívida Consolidada Líquida (DCL) será igual a zero, conforme instruído no Manual de Demonstrativos Fiscais do STN 10ª edição.

2 - Para preenchimento do campo da Dívida Consolidada foram consideradas as projeções de amortização conforme demonstrativo abaixo:

	2019	2020	2021	2022	2023
INSS	8.174	7.974	7.774	7.574	7.374
PRECATÓRIO	23				
OUTRAS DÍVIDAS	132		100		
TOTAIS	8.329	7.974	7.874	7.574	7.374

3 - A projeção do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros de 2019 foi elaborada da seguinte forma:

Disponibilidade de caixa de 2019	12.328
Realizável de 2019	192
(-) Ativo Financeiro de 2019	12.520
(+) Previsão de Entrada de Recursos até 31 de dezembro de 2020	46.556
(=) Disponibilidade de Caixa Bruta	59.076
(-) Restos a pagar serem pagos em 2020	1.900
(-) Despesa Orçamentárias a serem Pagas em 2020	47.525
(=) Disponibilidade Financeira projetada para 2020	9.652





ANEXO III

ANEXO DE RISCOS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – PLDO/2021

(ART. 165, § 2º, da Constituição Federal)



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021

ANEXO III - RISCOS FISCAIS

(Art. 4º, § 3º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000)

O anexo de Riscos Fiscais tem sua origem no princípio da prudência. Em cumprimento ao art.4º, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, o presente Anexo conceitua e classifica os riscos fiscais, avalia os passivos contingentes, e procura identificar e contextualizar condicionantes que possam afetar as contas públicas.

Para efeito deste Anexo, consideram-se afetações no orçamento originárias de situações decorrentes de obrigações específicas do governo estabelecidas por lei ou contrato, pelo qual o governo deve legalmente atender a obrigação quando ela é devida, cuja ocorrência é incerta.

São apresentados os conceitos dos riscos fiscais bem como a sua classificação em duas categorias: de riscos fiscais orçamentários e de dívida.

1. RISCOS ORÇAMENTÁRIOS – Refere-se à possibilidade das receitas previstas não se realizarem ou à necessidade de execução de despesas, inicialmente não fixadas ou orçadas a menor durante a execução do Orçamento. Como riscos orçamentários, podemos citar, dentre outros casos:

- a) Arrecadação de tributos a menor que a prevista no Orçamento, a frustração na arrecadação, devido a fatos ocorridos posteriormente à elaboração da peça orçamentária e a restituição de determinado tributo não previsto constitui exemplos de riscos orçamentários relevantes.
- b) Nível de atividade econômica, taxa de inflação, taxa de juros e taxa de câmbio, são variáveis que, também, podem influenciar o montante de recursos arrecadados (sempre que houver discrepância entre as projeções dessas variáveis quando da elaboração do orçamento, os valores observados durante a execução orçamentária e os coeficientes que relacionam os parâmetros aos valores estimados).





- c) Ocorrência de epidemias, pandemias, enchentes, abalos sísmicos e outras situações de calamidade pública que demandem do governo municipal ações emergenciais.

Os riscos que afetam as metas de resultados primário têm efeito sobre o fluxo da receita e da despesa, de forma que estes sejam diferentes das previsões contidas na proposta de execução orçamentários, prevê que haja limitação de empenho, equalizando a despesa à receita efetivamente realizada.

O primeiro tipo de risco fiscal que afeta as contas públicas diz respeito à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se realizarem durante o exercício financeiro, isto é, que durante a execução orçamentária ocorram desvios entre receita e despesas orçadas.

No caso da receita, pode-se mencionar, por exemplo, a frustração de parte da arrecadação de determinado imposto, em decorrência de fatos novos e imprevisíveis à época da programação orçamentária, principalmente em função de desvios entre os parâmetros estimados e efetivos, oriundos de situações que estão fora do controle da Administração Municipal, como diminuição dos valores das transferências constitucionais, diminuição dos valores da receita própria causada por possível inadimplência. Tem também a frustração no recebimento de recursos de convênios já firmados com a União e o Estado, as chamadas receitas de capitais que em sua maioria é afetada por decisões e ajuste da política do Estado e também da União, e demais aspectos que frustrem as previsões de receitas.

Por sua vez, as despesas realizadas pelo governo podem sofrer desvios em relação às projeções utilizadas para elaboração do orçamento, tanto em função do nível de atividade econômica, da inflação observada, como em função de modificações constitucionais e legais que introduzam novas programações para o Município. Tendo em vista que uma parte significativa da despesa decorre das obrigações constitucionais e legais, as quais são diretamente afetadas por alterações na legislação municipal.

2. RISCOS DA DÍVIDA- Este é originado pelos passivos contingentes e refere-se às novas obrigações causadas por evento que pode vir ou não acontecer. A probabilidade de ocorrência e sua magnitude dependem de condições exógenas cuja ocorrência é difícil se prever. Por isso, a mensuração desses passivos é difícil e imprecisa. Nesse



sentido, é clara a conotação que assume a palavra “contingente” no sentido condicional e probabilístico.

Outro risco é o impacto das políticas econômicas sobre a dívida pública, pois variações na taxa de juros, taxa de câmbio e índice de preços podem ocasionar crescimento do seu estoque, tendo ainda que se considerarem os riscos provenientes de novas ações judiciais.

É importante lembrar que a mensuração dos passivos muitas vezes é difícil e, portanto, são apenas estimativas, e que a tabela abaixo não implica em probabilidade de ocorrência, mas em apontamentos que podem ter efeito sobre as metas fiscais.

Caso se concretizem, os riscos fiscais quer no âmbito da despesa quanto da receita, utilizar-se-ão dos recursos consignados à conta da Reserva de Contingência, conforme estabelecido na alínea “b” do inciso III do art.5º da Lei de Responsabilidade Fiscal destina-se o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, os quais incluem as alterações e adequações orçamentárias em conformidade com o disposto no inciso III do § 1º do art.43 da Lei federal nº4.320, de 1964.

Em razão dos riscos serem hipotéticos, a quantificação financeira é de difícil mensuração, daí a planilha anexa, sugerida pelo STN, seguir sem estimativa concreta de valores.

Lagoa do Ouro/PE, em 28 de agosto de 2020.


Marquidoves Vieira Marques
Prefeito



DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS - 2021

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL		SUBTOTAL	

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL		SUBTOTAL	
TOTAL		TOTAL	

Contingência Passiva é uma possível obrigação de eventos futuros que não estão sob controle da entidade. O valor não pode ser estimado com segurança.

